



Comunicado de Imprensa No. 10/457 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
23 de Novembro de 2010

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431
EUA

Conselho de Administração do FMI aprova acordo de 15 meses com Cabo Verde ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica

Em 22 de Novembro de 2010, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um acordo de 15 meses com Cabo Verde ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI, na sigla original em inglês).

O enquadramento do PSI foi concebido visando países de baixo rendimento que talvez não necessitem recorrer à assistência financeira do FMI, mas, ainda assim, tenham interesse em beneficiar dos serviços prestados pela instituição em matéria de aconselhamento, monitoria e endosso dos seus quadros de política económica. Os programas apoiados por esse instrumento têm como base as estratégias nacionais de redução da pobreza elaboradas num processo participativo que envolve a sociedade civil e os parceiros no desenvolvimento. (Ver Nota de Informação ao Público No. 05/145).

O objectivo do PSI de Cabo Verde é consolidar a estabilidade macroeconómica e alcançar o crescimento sustentado e de bases alargadas. O programa das autoridades assenta nos progressos macroeconómicos e nas reformas estruturais realizadas no âmbito do acordo anterior ao abrigo do PSI, e contribuirá para a manutenção da disciplina macroeconómica.

O Director-Geral Adjunto e Presidente em Exercício do Conselho de Administração, Sr. Murilo Portugal, fez a seguinte declaração ao concluírem-se as discussões sobre Cabo Verde:

“Cabo Verde está a se recuperar da crise económica mundial, impulsionado pelo aquecimento das actividades nos sectores do turismo e da construção. A inflação é baixa, e o valor real do escudo continua competitivo. O historial de bom desempenho das autoridades na aplicação de políticas, construído ao longo dos últimos anos, resultou na formação de uma margem de segurança fiscal e de acumulação de reservas que permitiu a adopção de políticas macroeconómicas anticíclicas para atenuar o impacto da desaceleração mundial.

As políticas apoiadas por um novo Instrumento de Apoio à Política Económica, de duração de 15 meses, procurarão alcançar objectivos concorrentes ao desenvolvimento nacional através da expansão do crescimento, diversificação da economia e progressos na agenda de políticas sociais. Em vista desses objectivos, as autoridades decidiram acelerar temporariamente o programa de investimento público, que é financiado principalmente por recursos externos em condições concessionais. No intuito de reconstituir a margem de manobra fiscal para fazer face a futuros choques adversos, as autoridades estão empenhadas em reduzir os gastos com financiamento externo no próximo ano e em aprimorar a capacidade de gestão da dívida. Face ao ritmo de arrecadação de receitas abaixo do previsto, as autoridades também contiveram os gastos não prioritários, mas continuaram a proteger os gastos sociais virados para os grupos mais vulneráveis. Essas políticas são oportunas, pois a prudência na gestão das finanças públicas é essencial para apoiar a ancoragem cambial.

Em vista da fragilidade do ambiente global, o Banco de Cabo Verde acertadamente decidiu reforçar a acumulação de reservas, através da estabilização dos fluxos de entrada de depósitos de emigrantes. O aperfeiçoamento do mecanismo de transmissão da política monetária permitirá às autoridades exercer maior influência sobre as taxas de juro de mercado, que, com o tempo, devem ser alinhadas à euribor para reduzir o risco de entrada de capitais especulativos. Igualmente positiva é a intenção das autoridades de subordinar todos os bancos a uma única lei bancária. O prosseguimento dos esforços para aprofundar a supervisão bancária e desenvolver o mercado de títulos públicos, de acordo com as recomendações do FSAP, contribuirá para garantir a solidez do sistema financeiro e aperfeiçoar a transmissão da política monetária”, concluiu o Sr. Portugal.

ANEXO

Desenvolvimentos Económicos Recentes

Cabo Verde soube resistir bem à crise. O crescimento abrandou em 2009, mas permaneceu vigoroso em comparação às tendências mundiais. A desaceleração global causou maior impacto sobre o sector do turismo, os fluxos de IDE e a construção civil. As autoridades utilizaram a margem de manobra política criada pelas políticas fiscais prudentes seguidas nos últimos anos, e o financiamento externo adicional a custo reduzido, para acelerar o programa de investimento público que já estava em marcha. A inflação caiu de 6,8 por cento (média anual) em 2008 para 1 por cento em 2009, e deverá permanecer em torno dos 2 por cento no médio prazo. Observam-se sinais de recuperação em 2010, e a taxa de crescimento deve acelerar à medida que o programa de investimento público e a recuperação mundial exerçam um efeito positivo sobre os sectores da construção, do turismo e dos transportes. No médio prazo, a expectativa é de expansão gradativa do crescimento.

Para Cabo Verde, o desafio reside em saber tirar proveito da actual disponibilidade de financiamento em condições altamente concessionais sem perder de vista a sustentabilidade da dívida. O programa de investimento deve continuar a manter o ritmo em 2011–12,

retornando a um nível mais moderado após a finalização dos grandes projectos infra-estruturais ora em construção. O programa de investimento destina-se a apoiar o crescimento do sector privado no longo prazo, impulsionado pela exportação de serviços e em linha com a Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza de Cabo Verde.

Resumo do Programa

O PSI de Cabo Verde dará seguimento à acumulação de reservas externas e à contenção do stock da dívida interna, em apoio à ancoragem cambial. O endividamento interno líquido também será contido para proteger as reservas internacionais. A política fiscal terá como meta a eliminação progressiva das actuais medidas fiscais anticíclicas. Em 2010–11, a política fiscal permanecerá ancorada na implementação do programa de investimento público de médio prazo e na redução e gestão prudente da dívida. À medida que os investimentos públicos forem desacelerando, a expectativa é que o défice fiscal diminua de 13,5 por cento do PIB em 2010 para 7,7 por cento em 2012. Os empréstimos externos continuarão a ser contraídos em condições concessionais, na grande maioria dos casos, e o volume de empréstimos será reduzido após a conclusão dos grandes projectos infra-estruturais em andamento. O governo continuará a tratar da questão dos passivos contingentes originários de empresas públicas. Nos termos da estratégia de redução da pobreza, o governo está empenhado em salvaguardar os gastos prioritários. Para o efeito, as autoridades aplicarão políticas activas em apoio a soluções sustentáveis para o problema do desemprego e à integração das camadas mais vulneráveis à vida económica e social do país. O governo fará grandes investimentos na formação, com foco nas actuais necessidades do mercado laboral e na formação dos jovens. O desenvolvimento das qualificações também será apoiado por investimentos em habitação, saúde, água e saneamento, num esforço multifacetado para melhorar as condições de vida e de trabalho dos cabo-verdianos.

Cabo Verde: Indicadores Económicos e Financeiros Seleccionados, 2007–11

	2007	2008	2009	2010	2011
			Estimates	Projections	
	(Annual percentage change)				
National accounts and prices					
Real GDP	8.6	6.2	3.6	5.4	5.9
Real GDP per capita	7.1	4.7	0.7	3.4	2.9
GDP deflator	1.4	2.5	4.2	3.7	3.2
Consumer price index (end of period)	3.4	6.7	-0.4	3.4	3.0
External sector					
Exports of goods and services	4.5	16.2	-13.2	6.8	12.4
Of which: tourism	23.0	7.9	-16.2	3.9	11.8
Imports of goods and services	17.8	6.3	-7.5	19.9	5.8
Exports of goods and services - Volume	13.3	4.8	-10.1	2.4	7.3
Imports of goods and services - Volume	18.2	2.7	-4.1	23.7	0.2
Real effective exchange rate (annual average)	2.6	4.3	0.4
Government finance					
Total revenue (excluding grants)	17.0	10.8	-9.4	6.6	11.4
Total expenditure	-0.7	13.1	9.3	34.4	-1.1
Noncapital expenditure	-0.4	3.0	9.1	7.9	10.8
Capital expenditure	-1.4	32.9	9.6	74.0	-12.2
Money and credit					
Net foreign assets	23.0	-6.4	-5.4	9.2	12.2
Net domestic assets	5.6	14.4	7.0	7.5	10.0
Of which: net claims on the central government	-61.6	31.4	-6.6	40.0	16.5
credit to the economy	25.5	24.9	11.5	10.8	12.1
Broad money (M2)	10.8	7.6	3.5	8.0	10.6
	(Percent of GDP, unless otherwise indicated)				
Saving-investment balance					
Gross capital formation	46.4	46.6	39.4	49.6	46.1
Government	11.4	13.9	14.1	22.6	18.3
Nongovernment	35.0	32.6	25.3	27.0	27.8
Gross national savings	32.3	33.8	29.6	31.5	29.3
Government	11.1	14.3	11.3	8.8	6.8
Nongovernment	21.2	19.5	18.4	22.7	22.5
External current account (including official current transfers)	-14.7	-12.8	-9.8	-18.1	-16.8
Overall balance of payments	6.6	1.7	-1.0	1.9	1.8
Government finance					
Total domestic revenue	27.6	28.1	23.6	23.1	23.6
Total external grants	5.2	5.5	5.4	7.1	5.0
Total expenditure	33.6	34.9	35.3	43.6	39.6
Overall balance before grants	-6.0	-6.8	-11.8	-20.5	-16.0
Overall balance (including grants)	-0.8	-1.3	-6.3	-13.5	-11.0
Primary basic balance ¹	6.1	5.8	1.2	1.8	0.4
External financing (net)	2.2	3.0	5.0	11.8	9.3
Domestic financing (net)	-0.8	-1.0	0.8	1.6	1.7
Public debt					
Total nominal government debt ²	68.0	65.0	63.9	80.9	86.7
External government debt ³	46.5	47.3	47.3	63.0	67.6
Domestic government debt, net of deposits	21.5	17.7	16.5	18.0	19.1
External current account (€ millions, including official transfers)	-143.1	-135.0	-111.8	-225.5	-227.9
Gross international reserves (€ millions, end of period)	259.5	280.0	275.3	298.4	322.8
Gross international reserves to reserve money	1.2	1.2	1.2	1.2	1.2
Gross international reserves (months of current imports of goods and services)	4.1	4.2	4.4	4.0	4.1
Memorandum items:					
Nominal GDP (billions of Cape Verde escudos)	107.3	116.7	126.0	137.2	149.2

Sources: Cape Verdean authorities, and IMF staff estimates and projections.

¹ Excluding grants, interest payments, and foreign financed investments

² Net of central government deposits; including verified stock of domestic and external arrears.

³ Excluding claims on the offshore Trust Fund.